



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., CNPJ 61074175000138, está autorizada a operar, conforme DECRETO Nº 38170, publicado(a) no D.O.U. de 09/11/1955, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR06238_24082022_165025_822**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2022.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

**MINISTÉRIO DA FAZENDA****SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS****COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES****CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES**

Certificamos que a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., com sede na cidade São Paulo, CNPJ 61074175000138, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
DENIA DE MOURA	Diretor
FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO	Presidente
FRANCISCO EUGENIO LABOURT	Diretor
ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO	Diretor
RAPHAEL BAUER DE LIMA	Diretor
ROBERTO JUNIOR DE ANTONI	Diretor
SIMONE PEREIRA NEGRAO	Diretor

Código da Certidão: **CA06238_24082022_165026_518**

Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2022.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



SES - SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DA SUSEP**versão 4.0****Opção escolhida: Seguradoras: Limite de Retenção****Empresa: 06238 - MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. -**[Exporta para Ms Excel®](#)**Voltar**

Obs: O arquivo exportado terá terminação .xls, mas por dentro será escrito em html. Esse fato poderá gerar uma mensagem de erro do Ms Excel®, que deverá ser ignorada.

Ramo	Limite de Retenção (R\$)
0112 - Assistência - Bens em Geral	3.000.000
0114 - Compreensivo Residencial	5.000.000
0116 - Compreensivo Condomínio	7.500.000
0118 - Compreensivo Empresarial	7.500.000
0141 - Lucros Cessantes	7.500.000
0167 - Riscos de Engenharia	7.500.000
0171 - Riscos Diversos	7.500.000
0173 - Global de Bancos	4.000.000
0195 - Garantia Est./Ext.Gar-Bens em Geral	2.500.000
0196 - Riscos Nomeados e Operacionais	7.500.000
0310 - R.C.Administradores e Diretores-D&O	2.500.000
0313 - R. C. Riscos Ambientais	3.000.000
0351 - R. C. Geral	3.000.000
0378 - R. C. Profissional	2.500.000
0520 - Acidentes Pessoais Passageiros-APP	2.500.000
0524 - Garantia Est./ Exten. Garantia-Auto	2.500.000
0525 - Carta Verde	2.000.000
0531 - Automóvel - Casco	2.500.000
0542 - Assistência e Outras Cobert. - Auto	3.000.000
0553 - R. C. Facultativa Veículos - RCFV	4.000.000
0621 - Transporte Nacional	5.000.000
0622 - Transporte Internacional	5.000.000
0632 - R.C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	5.000.000
0638 - R.C.Trans. Ferroviário Carga-RCTF-C	5.000.000
0652 - R. C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	5.000.000
0654 - R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	5.000.000
0655 - R.C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	5.000.000
0656 - R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	5.000.000
0711 - Riscos Diversos Financeiros	7.500.000
0746 - Fiança Locatícia	3.500.000
0748 - Crédito Interno	10.000.000
0775 - Garantia Segurado - Setor Público	10.000.000

0776 - Garantia Segurado - Setor Privado	10.000.000
0929 - Funeral	2.500.000
0977 - Prestamista (exceto Habit e Rural)	1.500.000
0980 - Educacional	500.000
0982 - Acidentes Pessoais	3.000.000
0984 - Doenças Graves ou Doença Terminal	1.413.000
0987 - Desemprego/Perda de Renda	800.000
0993 - Vida em Grupo	2.500.000
1061 - Seg.Habit.Apól. Merc. - Prestamista	3.000.000
1065 - Seg.Habit.Apól.Merc.-Demais Cobert.	3.000.000
1101 - Seguro Agrícola sem cob. do FESR	2.500.000
1103 - Seguro Pecuário sem cob. do FESR	2.000.000
1107 - Seguro Florestas sem cob. do FESR	3.000.000
1130 - Seguro Benf. e Prod. Agropecuários	3.000.000
1162 - Penhor Rural	3.000.000
1198 - Seguro de Vida do Produtor Rural	5.000.000
1329 - Funeral	25.000
1369 - Viagem	1.500.000
1377 - Prestamista (exceto Habit. E Rural)	1.500.000
1381 - Acidentes Pessoais	1.594.631
1383 - Dotal Misto	1.413.000
1384 - Doenças Graves ou Doença Terminal	1.413.000
1387 - Desemprego/Perda de Renda	800.000
1390 - Eventos Aleatórios	100.000
1391 - Vida	1.413.000
1417 - Seg. Compreensivo Oper. Portuários	5.000.000
1428 - R. C. Facult. para Embarcações-RCF	3.000.000
1433 - Marítimos (Cascos)	5.000.000
1528 - R. C. Facult. para Aeronaves - RCF	3.000.000
1535 - Aeronáuticos (cascos)	2.500.000
1537 - Responsabilidade Civil Hangar	2.500.000
1574 - Satélites	2.500.000
1597 - Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-RETA	2.500.000
1601 - Microseguros de Pessoas	100.000
1602 - Microseguros de Danos	110.000
1734 - Riscos de Petróleo	10.000.000
Total	250.681.631

Empresas selecionadas	06238
Mês	202206

PORTARIA SUSEP/DECON nº 316 , de 15 de outubro de 2003

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO – DECON, no uso da competência delegada pelo Senhor Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº **15414.100503/2003-41**,

RESOLVE:

Art.1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da **VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, CNPJ nº 61.074.175/0001-38, com sede social da Cidade de São Paulo – SP, que, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2003, aprovaram, em especial, a alteração dos artigos 3º e 10 do Estatuto Social.

Art.2º Ratificar que a Sociedade opera com Seguros dos Ramos Elementares e Vida em todo o território nacional.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

DANILO CLAUDIO DA SILVA

Departamento de Controle Econômico - DECON

Chefe



b/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=13587

29/08/2012

O Presidente da República

Faz saber a quantos esta Carta virem que, atendendo ao que foi requerido pela "VERA CRUZ COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, representada por seus fundadores e constituída por Escritura Pública em 19 de agosto do corrente ano, lavrada no 21º Tabelião de Notas da Capital do Estado de São Paulo, resolveu pelo Decreto nº 38120, desta data, conceder-lhe autorização para funcionar em operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, a que se refere o art. 40, nº 1, do Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, bem como aprovar os Estatutos adotados pelos subscritores do seu capital, mediante as seguintes condições:

I - Supressão do parágrafo 3º do art. 5º e do art. 8º dos Estatutos,

II - Alteração da redação do art. 10º para:

"Art. 10º As resoluções da Assembléia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos. Parágrafo único: A cada ação corresponderá um voto".

III - As alterações consignadas nas cláusulas

acima deverão ser aprovadas em Assembléia Geral Extraordinária, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto.

A Sociedade ficará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude o presente Decreto.

E, para firmeza de tudo, mandou passar a presente Carta, que vai por Ele assinada e autenticada com o Selo Nacional.

- Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1955;
134ª da Independência e 67ª da República.

[Handwritten signature]
Napoleão de Albuquerque Maranhão

Registrado a fls. 87 - do
livro competente.
S.E.R. de D.N.S.P.C. em 8/11/55
[Handwritten signature]
278-62723
5

D N S P C
VISTO
S.E.R. em 8/11/55
[Handwritten signature]
Chefe de S.C.R.

De presente Carta Declaratória
de registrada às fls. 67, 67v. e 68
do livro competente.

Em 2 de Janeiro de 1956

Sônia de Siveria Offrecht
Escritor "g"



tador, residente a rua Joaquim Pisa d. 36, na Capital. — Memórias supe-
riores: Dr. Guilherme Benedito Me-
lega, brasileiro, casado, advogado,
residente a rua Lucena, 387, nesta
Capital; Dr. Pímio de Alencar Ra-
malho, brasileiro, casado, advogado,
residente a rua Itapicuru, n.º 189,
nesta Capital e Sr. Frederico Carlos
Ferreira L. e, argentino, casado, con-
tador, residente à Avenida Nove de
Julho, 556, nesta Capital. — Sétimo
— Que o fundador da Sociedade en-
tregou aos diretores eleitos os papéis
relativos à constituição da Sociedade,
em obediência do art. 49 do Decreto-
lei n.º 2.627, de 26 de setembro de
1940, e prestou contas de todos os
atos praticados, os quais foram apro-
vados e determinou a amortização
anual das despesas de organização.
— Oitavo — Que, desta forma, satis-
feitas todas as formalidades, os ou-
torgantes e reciprocamente outorga-
dos declaram definitivamente consti-
tuir a "Vera Cruz Companhia Bra-
sileira de Seguros", cumprindo a Di-
retoria ora eleita e empossada promo-
ver os atos complementares, parti-
cularmente a competente autorização
do Governo Federal para o funciona-
mento da Companhia e a aprovação
de seus estatutos, bem como proceder
ao arquivamento e publicação do ato
constitutivo da sociedade. — E de
como assim o disseram, dou fe, e, a
pedido das partes lidas lavrei esta es-
critura, hoje a mim distribuída, a
qual feita, sendo-lhes lida ante tes-
temunhas, por estar em tudo confor-

me, outorgaram, aceitaram e assinaram,
com essas mesmas testemunhas, a
tudo presentes, que são: — José Ma-
ria Gomes de Oliveira, casado, e An-
dré Leite, solteiro, maior, brasileiros,
auxiliares de cartório, meus conhecidos
e domiciliados nesta Capital.
Tendo dúvidas quanto ao pagamento
do selo federal devido por esta escri-
tura em virtude de depender o fun-
cionamento da Sociedade de autori-
zação do Governo Federal, é reme-
tida uma cópia desta escritura à Re-
cebedoria Federal em São Paulo para
os efeitos do artigo 66 das Normas
Gerais da Consolidação da lei do
imposto do selo. Assumem os outor-
gantes e reciprocamente outorgados
inteira responsabilidade pelo paga-
mento do selo devido por ocasião da
aprovação pelo Governo Federal, ou
quando for exigido pelas autoridades
competentes. Eu, Eloy Alves Costa
escrevente habilitado a escrever sob
minuta e declaro que a Sociedade
Andrima Moimho, Santista — Indis-
trias Gerais é neste ato representa-
da por seu bastante procurador Dou-
tor Egon Felix Gottschalk, conforme
procuração exibida que fica registra-
da e arquivada neste cartório, e não
como acima se declarou. — Eu, João
Gulio Sobrinho oficial maior a subs-
crevi. (a.a.): — Egon Felix Gott-
schalk. — Eugenio Belotti. — Fran-
cisco Finamore. — Eugenio Belotti.
— Ernesto Eduardo Moritz, Fritz
Bunge. — Erich Humbert. — Willy
Wienert. — Antonio Pinto da Silva
Figueiredo. — Alberto Dacomo. —

Jorge de Souza Rezende. — Lino Oliveira. — Eu, João Gulio Sobrinho,
oficial maior, a conferi, subscreevo e
assinou em público e raso. — Em tes-
temunho da verdade. — André Leite,
Sobrinho.
Devidamente selada. Nada mais
transladada em seguida, por J. M. N.º 23.371 — 3-11-55 — Q.º 2.958.550.

DECRETO N.º 38.164 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1955

Decreto que aprova a "Jaraguá, Companhia de Seguros Gerais" autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a funcionar em operações de seguros e resse-
guos dos ramos elementares, a que se refere o art. 40, n.º 1, do Decreto-
lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, a "Jaraguá, Companhia de Seguros
Gerais", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, representada por
seus fundadores e constituída por Escritura Pública em 19 de agosto do
corrente ano, lavrada no 21.º Tabelião de Notas da Capital do Estado de
São Paulo, bem como aprovar os Estatutos adotados pelos subscritores do
seu capital, mediante as seguintes condições:

I — Supressão do parágrafo 3.º do art. 5.º e do art. 8.º dos Estatutos;
II — Alteração da redação do art. 10.º para:

"Art. 10.º — As resoluções da Assembleia Geral serão tomadas
por maioria absoluta de votos. Parágrafo único: A cada ação cor-
responderá um voto".

III — As alterações consignadas nas cláusulas acima deverão ser
aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária, dentro do prazo de 60
(sessenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 2.º A Sociedade ficará integralmente sujeita às leis e regulamen-
tos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a
que alude o presente Decreto.
Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º
da República.

João Café Filho.

Napoleão de Alencastro Guimarães.

LISTA DOS SUBSCRITORES DA "JARAGUA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS"

Número de Ordem	Nome -- Nacionalidade -- Estado Civil -- Profissão -- Domicílio -- Natureza	AÇÕES		
		Quantidade	Importância realizada	Importância subscrita

CAPÍTULO VI

Dos Lucros

Art. 30.ª Uma vez convocada a assembleia geral, as transferências de ações ficam desde logo suspensas. A 1.ª seja realizada a assembleia ou formada em efeito a convocação.

Art. 31.ª As deliberações da assembleia serão sempre tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando para quaisquer efeitos os votos em branco.

Parágrafo único. A cada ação corresponde um voto.

Art. 32.ª Verificando-se o caso de existência de ações com objeto de comunhão, o exercício dos direitos a elas referentes caberá a quem os donos designarem para figurar como representante junto a Sociedade, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação.

Art. 33.ª No caso de usufruto de ações, o direito de voto somente poderá ser exercido em virtude de acordo entre proprietários e usufrutuário.

Art. 34.ª Os acionistas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia geral por mandatários também acionistas, brasileiros e que não pertençam a órgãos da administração ou ao Conselho Fiscal.

Art. 35.ª Para que possam comparecer às assembleias gerais os representantes legais e os procuradores constituídos, deverão fazer entrega dos respectivos documentos comprobatórios na sede da Sociedade, até a véspera das reuniões.

Art. 36.ª Os lucros líquidos que se verificarem anualmente, depois de deduzidas as reservas exigidas pela legislação de seguros, serão distribuídos na forma seguinte:

a) 5% para o Fundo de Reserva Legal, destinado a garantir a integridade do capital social;

b) o quantum exigido por lei para o Fundo de Garantia de Retrocessões;

c) o necessário para a distribuição e divididos aos acionistas, por determinação da assembleia geral mediante proposta da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, não excedendo, entretanto essa distribuição a importância equivalente a 20% do capital social;

d) percentagem aos diretores, na base estabelecida pelo artigo 37.º;

e) 5% para Reserva de Previsão, destinada a suprir possíveis deficiências das reservas exigidas pela legislação de seguros;

f) 10% para distribuição aos empregados da Sociedade a título de gratificação anual, sendo 5% a critério da Diretoria, e outros 5% proporcionais aos vencimentos de cada um;

g) o restante será levado a conta da Reserva Suplementar, destinado a atender eventuais prejuízos, conceder bonificações aos acionistas e

gratificações aos funcionários, por deliberação da assembleia geral. Parágrafo único. Reverterão para a Reserva Suplementar, os dividendos prescritos na forma da Lei. Disposições Gerais e Transitórias.

Art. 37.ª O exercício financeiro da Sociedade compreende o período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 38.ª Aos acionistas brasileiros é assegurado o direito de preferência, a aquisição de ações atualmente pertencentes a pessoas que não preencherem os requisitos da legislação em vigor.

Art. 39.ª Todos os casos não previstos nestes Estatutos obedecerão às disposições das Leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1955. — *Amíbal Teixeira*.

DECRETO N.º 38.170 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1955

Concede à "Vera Cruz Companhia Brasileira de Seguros" autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a funcionar em operações de seguros e resseguros os ramos elementares, a que se refere o art. 40, n.º 1, do Decreto-lei

n.º 2.063, de 7 de março de 1940, a "Vera Cruz Companhia Brasileira de Seguros", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, representada por seus fundadores e constituída por Escritura Pública em 19 de agosto do corrente ano, lavrada no 21.º Tabelião de Notas da Capital do Estado de São Paulo, bem como aprovar os Estatutos adotados pelos subscritores do seu capital, mediante as seguintes condições:

I — Supressão do § 3.º do art. 5.º e do art. 8.º dos Estatutos;

II — Alteração da redação do artigo 10 para:

"Art. 10. As resoluções da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos. Parágrafo único: A cada ação corresponderá um voto".

III — As alterações consignadas nas cláusulas acima deverão ser aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária, dentro do prazo de 90 (sessenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 2.º A Sociedade ficará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude o presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1955: 134.ª da Independência 461.ª da República.

JOÃO CAFÉ FILHO
Napoleão de Alencastro Guimarães

LISTA DOS SUBSCRITOS DA "VERA CRUZ COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS"

Número de Ordem	Nome — Nacionalidade — Estado Civil — Profissão — Domicílio — Natureza	AÇÕES		
		Quantidade	Importância realizada	Importância subscrita
1	S. A. Molino Sântista — Indústrias Gerais — pp. Dr. Egon Félix Gottschalk — Brasileira — Indústria — São Paulo	2.000	400.000,00	2.000.000,00
2	Fábrica de Tecidos Tatuapé S. A. — pp. Francisco Finamore e Eugênio Belotti — Brasileira — Indústria — São Paulo — Nominativa	1.490	298.000,00	1.490.000,00
3	Quimbrasil — Oumier, Indústria Brasileira S. A. — pp. B-			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **16/11/2020 11:10:08 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 94341111191051590602-1 a 94341111191051590602-5

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b86a2f2c45d269962fbc2e2a6efc2aa4f73799569e03621b847fa6ece186d8b14d6ca1f565df9f86dc850219cfaf911d7beff5a409891f9bf1bfa1e555fe213e2



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

